

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.604 - SP
(2019/0009498-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LUANA DOCES E PAES LTDA
ADVOGADOS : EDILSON FERNANDO DE MORAES - SP252615
ESNALRA SINÉRIA VITÓRIA LIMA DOS ANJOS - SP297170
JEFFERSON ALVES LEMES - SP338887
AGRAVADO : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO : RACHEL TAVARES CAMPOS - SP340350
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

1. Não se conhece de recursos manifestamente inadmissíveis (REsp e AREsp), porquanto intempestivos, pois interpostos fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI e VIII, c.c. arts. 1.003, § 5.º, 1.029, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil de 2015.

2. Pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, sendo que a prova não pode ser realizada por juntada de cópia de página de Internet noticiando feriado local ou com calendário do respectivo tribunal. Precedentes: RCD no AREsp. n. 898.206/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 06/10/2016, DJe 25/10/2016; AgInt no AREsp. n. 1.158.537/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Gurgel De Faria, julgado em 26/6/2018, DJe de 8/8/2018.

3. Agrado interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agrado interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

